

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO N.º DE 2012

(Do Sr. Stepan Nercessian)

Requer seja convidado o Ministro de Estado da Educação para, em audiência pública nesta Comissão, prestar informações sobre o Programa ProInfância.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255, combinado com o art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de audiência pública na Comissão de Educação e Cultura, com a presença do **Sr. Aloizio Mercadante**, Ministro de Estado da Educação, para que sejam apresentadas informações, aos membros da comissão, sobre o Programa Proinfância que apresenta números divulgados pelo Governo sobre a construção de creches que não correspondem à realidade, conforme veiculado no Jornal O Globo.

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos últimos anos, tem crescido a consciência coletiva acerca da educação infantil, e as creches têm se consolidado como tempo/espço construído culturalmente para possibilitar a ampliação das experiências assim como o desenvolvimento das potencialidades cognitivas, estéticas, sociais e relacionais da criança em grupo.

A Constituição de 1988, as Constituições Estaduais, as Leis Orgânicas dos Municípios, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional asseguram hoje o direito de todas as crianças a creches e pré-escolas. Além do Programa ProInfância lançado em 2007, pelo governo federal com o objetivo de suprir as carências do setor.

No entanto, em termos quantitativos, esse direito legal está longe de ser realidade, conforme podemos depreender após a leitura de artigo publicado em 4 de março de 2012, no Jornal O Globo intitulado: “MEC anuncia 633 unidades do ProInfância, mas só entrega 221”.

Segundo informa a reportagem, embora o Ministério da Educação (MEC) anuncie que já entregou 633 creches e pré-escolas desde o lançamento do ProInfância, programa que pretende construir 8,9 mil unidades até o fim de 2014, o número real é bem menor. Como O GLOBO apontou, um balanço do próprio MEC mostra que só 221 unidades estão concluídas, do total de 633 que a pasta dá como prontas.

Nesse sentido, para a coordenadora-geral de Educação Infantil do ministério, Rita Coelho, mesmo que a conta do MEC estivesse correta, e as 633 unidades já funcionassem, o ritmo do programa continuaria lento. Na sequência, a reportagem informa ainda que “passos de tartaruga não são novidade no ProInfância. As unidades são financiadas pelo MEC, mas a construção fica sob responsabilidade das prefeituras”.

A reportagem menciona que “o Palácio do Planalto teme não cumprir a promessa de Dilma de abrir pelo menos seis mil novas unidades em seu mandato. O MEC estima que o atual déficit no Brasil é de 19.766 creches e pré-escolas”.

Diante desse contexto, o Jornal O GLOBO mostrou que o Centro Municipal de Educação Infantil Júlia Moreira da Silva, inaugurado em janeiro pela presidente Dilma Rousseff e pelo ex-ministro Fernando Haddad, em Angra dos Reis (RJ), acabou servindo a outro propósito: recebeu alunos de uma

escola municipal que está em obras. Assim, nenhuma criança de 0 a 5 anos pôde ser atendida até o momento.

Caso semelhante ao de Angra dos Reis (RJ) ocorre em Anápolis (GO), a 50 quilômetros de Goiânia (GO), onde só uma creche financiada pelo ProInfância funciona. A unidade, construída no bairro Residencial das Flores, aparece com 80,12% de execução física, mas está longe de poder receber crianças. No Adriana Parque, outro bairro de Anápolis (GO), a exemplo do que ocorre em todo o país, a obra está atrasada. Com apenas 46% de execução, ela não consta na lista de concluídas do MEC. O convênio também foi assinado em 2009.

Segundo a matéria jornalística, "o Ministério da Educação esclarece que o ministro Aloizio Mercadante já havia reconhecido publicamente que as prefeituras conveniadas encontravam dificuldades na execução do programa", diz nota da pasta. "É fato que o aquecimento do setor de construção civil e a morosidade dos processos licitatórios têm levado a um atraso na implantação das creches".

Do exposto, sabemos que muitos são os desafios das políticas sociais para a infância. Questões relativas à situação política e econômica e à pobreza das nossas populações, questões urbanas e sociais, problemas educacionais específicos assumem proporções graves e exige respostas firmes e rápidas, nunca fáceis.

No entanto, esta Comissão não pode se furtar da responsabilidade de questionar o porquê do número oficial de unidades prontas de creches anunciado pelo governo federal ter sido inflado com o claro objetivo de maquiar os dados divulgados. Por essa razão entendemos que a falta de transparência nos dados divulgados aponta um descaso com a educação infantil que é um direito previsto na Constituição Federal.

Portanto, é importante que os membros da Comissão de Educação e Cultura possam tomar conhecimento sobre essas questões que são cruciais

para a população brasileira, de modo a que não tenhamos apenas uma conquista formal, mas sim, a oportunidade de expandir com qualidade a educação infantil e enfrentar os desafios que se colocam.

Diante do exposto e no cumprimento das prerrogativas constitucionais desta Casa e desta Comissão, requeiro seja convidado o Ministro de Estado da Educação para prestar os esclarecimentos necessários.

Sala das Comissões, de março de 2012.

Deputado STEPAN NERCESSIAN
PPS/RJ